

“SEM-TERRA” BRASILEIROS MARCAM SUA POSIÇÃO¹

Harry E. VANDEN²

■ **RESUMO:** O texto analisa o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) no Brasil, relacionando-o e comparando-o com outros movimentos contestatórios da ordem vigente na América Latina, ainda hegemônica pela dinâmica neoliberal. Para isso, retoma o secular processo de concentração de terras e de marginalização das massas camponesas pelas elites dominantes para relacioná-lo com o recente processo de desencantamento com as instituições representativas tradicionais, vivenciado por amplas parcelas da população do subcontinente em face das consequências da globalização. Com esse pano de fundo, vislumbra no MST (e nos demais movimentos sociais que desafiaram os padrões de formulação de políticas no Brasil e em outros países da América Latina) não só um processo de fortalecimento da democracia participativa, mas uma mudança substancial nas formas de ação política no Brasil e na América Latina.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Democracia Participativa. Luta pela Terra. América Latina. Globalização Neoliberal.

Durante as últimas décadas, pudemos observar diversas formas de protesto popular na América Latina contra as políticas econômicas conservadoras e medidas de austeridade, cujo conjunto convencionou-se chamar “neoliberalismo”. Esses protestos tomaram formas variadas: a rebelião Zapatista no México; o Movimento Quinta República, de caráter neopopulista, liderado por Hugo Chávez na Venezuela; o movimento indígena nacional liderado pela Confederação Nacional Indígena do

¹ Tradução Pedro de Lima Marin (Incrá-SP).

² USF – University of South Florida. Department of Government & International Affairs. Tampa – Flórida – EUA. C.P. 33620 – vanden@chumal.cas.usf.edu

Equador (CONAIE); as mobilizações populares por mudanças de regime na Argentina e Bolívia; e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil, objeto deste artigo.

Tais movimentos são também uma recente e vibrante manifestação do fantasma das mobilizações populares contra as elites governantes que assombra a América Latina desde os tempos coloniais. Atualmente, um vasto contingente de pessoas, especialmente os pobres, parece sentir que o aguardado retorno à democracia, assim como a celebração da sociedade civil e a expectativa de incorporação da América Latina ao processo de globalização deixaram-nos marginalizados econômica e politicamente. As reações no México, Brasil, Equador, Venezuela e Argentina vêm sendo fortes e significantes e, de formas variadas, nos fazem ponderar se o projeto político dominante nesses países contempla o povo comum. É também bem possível que sejam a democratização e a celebração da sociedade civil que permitam, ou até mesmo encorajem, a ampla emergência de fortes movimentos sociais e políticos de massa.

Há um consenso cada vez mais amplo de que o novo empreendimento político das lideranças tradicionais está deixando para trás as grandes majorias e, efetivamente, marginalizando ainda mais grupos específicos dentro dessas majorias. São muitos os indicadores dessa insatisfação e descrença: crescimento da alienação quanto aos processos políticos tradicionais, aumento do crime, altas taxas de abstenção em certos colégios eleitorais, como evidenciado pela baixa taxa de comparecimento nas eleições argentinas de 2001.

Do mesmo modo as eleições nacionais de 1998, 2002 e 2006 no Brasil observaram um fenômeno semelhante, com cerca de 40% do eleitorado abstendo-se, anulando ou votando em branco. Mudanças de atitude como essa, muitas vezes, levaram ao abandono dos partidos políticos tradicionais em favor de novos partidos, muitas vezes mais amorfos e formados de improviso, como o Movimento Quinta República, na Venezuela, liderado por Hugo Chávez. Tais mudanças também produziram um levante de novos movimentos sóciopolíticos e organizações de massa, bem como uma grande quantidade de greves nacionais e protestos, como aqueles que atravessaram a Argentina no final de 2001 e começo de 2002.

Sistemas de comunicação de massa, de acesso fácil e relativamente baratos, como a Internet, combinaram-se com

maiores níveis de alfabetização e com um grau maior de liberdade política durante o processo de democratização. Isso ocorreu simultaneamente à ampla disseminação de idéias de democracia de base, participação popular e até de elementos da teologia da libertação e do associativismo cristão. Há uma crença cada vez maior de que deve existir mais igualdade econômica e de que sistemas que trabalham contra tal igualdade necessitam de mudanças. Diferentemente dos movimentos radicais revolucionários, esses novos movimentos sociais não advogam a reestruturação radical do Estado através de uma violenta revolução. Seu foco primário é trabalhar com o sistema político existente, pressionando-o até seu limite para conseguir as mudanças e reestruturações necessárias.

O fim dos governos autoritários e a expansiva democratização do fim dos anos 1980 criaram novas dinâmicas políticas em muitas nações latino-americanas. Espaços políticos começaram a se abrir, identificando-se com o que passou a se chamar de “sociedade civil” e permitindo a emergência de novas formas de atuação política em consequência. O prospecto de uma vanguarda elitista armada começou a sumir em face de mobilizações sociais e políticas desarmadas. Simultaneamente, a movimentação social dos trabalhadores rurais, remanescente das mobilizações das Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro, começou a borbulhar em novas e variadas formas.

No momento em que as políticas econômicas neoliberais tornaram-se mais amplamente utilizadas durante os anos de 1990, foi se tornando evidente que os ultrapassados sistemas políticos da maior parte da América Latina não eram capazes de satisfazer as necessidades das vastas maiorias. De fato, aos olhos da maior parte dos setores populares da América Latina, os ajustes estruturais e as reformas neoliberais defendidas por instituições transnacionais levaram-nos a procurar novas formas de protesto e estruturas políticas diferenciadas que pudessem lidar melhor com suas necessidades, uma vez que os governos e partidos tradicionais pareciam cada vez mais incapazes de atendê-los.

Ao longo dos anos de 1990, a insatisfação com os líderes e partidos políticos tornou-se mais difundida, assim como as dúvidas acerca da legitimidade do próprio processo político. O personalismo tradicional, o clientelismo, a corrupção e a cobiça tornaram-se objetos de zombaria, de revolta, e até mesmo de

fúria. Os efeitos do neoliberalismo, do racismo e das contínuas discriminações de classe tornaram os clamores por igualdade cada vez mais fortes. Com crescentes questionamentos sobre a relevância e a legitimidade do sistema, essas demandas não eram direcionadas exclusivamente ao sistema político em si, mas sim à sociedade de forma geral. Tampouco as populações da maior parte dos países buscou na luta armada e em movimentos revolucionários formas de resolverem seus problemas (o caso da Colômbia é uma notável exceção). Eles buscaram algo diferente. Os grupos procuraram por novas estruturas que respondessem às demandas emergentes, embora nem sempre claramente articuladas, dos setores populares.

O próprio MST formou-se como resposta às condições econômicas, sociais e políticas do Brasil há muito inalteradas. A terra, a riqueza e o poder foram alocados de forma extremamente desigual desde a conquista do território no início do século XVI. A posse da terra continuou altamente concentrada e, mesmo depois de muitos séculos de conflitos violentos a situação mostrar-se-ia extremamente explosiva. Basta lembrar que, no início do século XXI, 1% dos proprietários de terra possuíam 45% da terra e havia algo em torno de 4,5 milhões de trabalhadores rurais sem-terra no Brasil. Ou seja, a riqueza permaneceu igualmente concentrada durante todo o século XX, a despeito da modernização ininterrupta que marcou a sociedade brasileira. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou em 2001 que os 10% mais ricos da população recebiam uma renda média que era 19 vezes maior que a dos 40% mais pobres.

A agricultura de *plantation*, que dominou o período colonial e o início da era republicana, tornou-se o padrão quase exclusivo para a sociedade brasileira. Os poucos ricos detinham a posse da terra, apropriavam-se dos lucros e decidiam os destinos políticos de muitos. A instituição da escravidão, que garantiu a provisão da maior parte da mão-de-obra para o sistema de *plantation* inicial, contribuiu ainda mais para a polarização das relações sociais entre as ricas elites proprietárias de terras e as massas sem direito ao voto trabalhando nos campos. A terra continuou nas mãos de relativamente poucos e os trabalhadores rurais continuaram a ser mal pagos e mal tratados.

A comercialização e a mecanização da agricultura (iniciada nos anos de 1970) tornaram, num certo sentido, a força de trabalho rural existente supérflua. Com o aprofundamento desse processo

em virtude da globalização da produção, grandes propriedades comerciais ou familiares demitiram trabalhadores rurais, expulsaram arrendatários da terra que cultivavam e adquiriram terra de fazendeiros que possuíam pequenos lotes. Tal processo resultou em crescente desemprego rural e em expressivo aumento do número de famílias rurais sem terra, muitas das quais tiveram que migrar para as cidades, inchando ainda mais as estatísticas de miséria urbana. Outros optaram pelo programa patrocinado pelo governo de colonização da Amazônia, com o qual o governo deslocou famílias inteiras para a região amazônica onde elas devastaram a floresta tropical para plantar. Poucas encontraram empregos decentes nas cidades e o subsolo da floresta, de fácil erosão, não permitia o desenvolvimento da agricultura sustentável, piorando sua situação coletiva.

As origens imediatas do MST estão ligadas à amarga luta pela sobrevivência frente às políticas agrícolas implementadas pelo regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1985. Os trabalhadores rurais sem terra no estado brasileiro do Rio Grande do Sul começaram a organizar-se para reivindicar a terra no começo dos anos de 1980. Outras pessoas sem terra adotaram suas reivindicações nos estados vizinhos do Paraná e Santa Catarina. Eles se apoiaram em uma longa tradição de resistência rural e rebelião que remonta ao estabelecimento de quilombos (grandes assentamentos de escravos fugitivos no interior) e às famosas rebeliões de camponeses pobres ocorridas em Canudos e no movimento do Contestado. Em tempos mais recentes, tal tradição inclui as famosas Ligas Camponesas do empobrecido Nordeste brasileiro, nos anos 1950 e início dos 1960, e a Revolta do Capim, no Rio Grande do Sul e outros estados, nos anos 1970.

Quando o MST foi fundado no Sul do Brasil em 1984 como uma resposta à pobreza rural e à incapacidade de acesso à terra, condições semelhantes existiam em muitos estados brasileiros. De fato, havia trabalhadores e camponeses sem-terra por todo o país e o MST logo se espalhou do Rio Grande do Sul e Paraná para estados como Pernambuco no Nordeste e Pará na região amazônica. O MST rapidamente tornou-se uma organização de cunho nacional com políticas coordenadas e forte estrutura de participação local, caracterizada pelas freqüentes reuniões estaduais e nacionais baseadas na representação direta. Já em 2001, havia organizações ativas do MST em 23 dos 26 estados.

Hoje o MST é, possivelmente, o maior e mais poderoso movimento social da América Latina. O número de associados passa de 250.000, além de possuir alta capacidade de mobilização local, estadual e nacional. Em 1997, por exemplo, a organização foi capaz de mobilizar 100.000 pessoas para uma marcha em Brasília.

Suas concepções são bem articuladas e pedagogicamente transmitidas para as gerações mais jovens. Seus militantes entendem claramente a crescente comercialização da produção agrícola e suas conseqüências para a forma como a produção é organizada e para a vida social como um todo. De modo análogo, têm plena consciência de como a globalização está fortalecendo essas tendências e ameaçando os modos de vida tradicionais. Em pequenas aulas, encontros e assembléias, e por meio de seu jornal, *Jornal dos Sem Terra*, de sua revista, *Revista Sem Terra*, e de diversos panfletos, os dirigentes informam suas bases com um programa bem planejado de educação política. Com essa finalidade, foram fundadas escolas em seus acampamentos, assentamentos e cooperativas para certificar-se de que a próxima geração tenha uma visão clara da política em jogo. A próxima geração de líderes freqüenta sua escola nacional (Itterra), onde obtêm não só uma forte orientação política e ideológica, mas também instrução bem fundamentada em teoria organizacional e política, e desenvolvimento de habilidades práticas, como contabilidade e administração.

O MST também facilita o desenvolvimento de estruturas organizacionais altamente participativas, baseadas em grupos de aproximadamente 10 famílias, que constituem um “Núcleo Base” em cada vizinhança. Assembléias locais se reúnem com freqüência e todos os membros da unidade familiar são encorajados a participar. Por sua vez, as freqüentes assembléias regionais, estaduais e nacionais incorporam representantes dessas unidades de nível local. A liderança é coletiva em todos os níveis, mesmo nacionalmente, no qual aproximadamente 102 militantes compõem o Conselho de Coordenação Nacional.

Sua cultura política e seus processos de tomada de decisões procuram romper explicitamente com o que seus membros consideram ser a tradição autoritária e elitista da sociedade brasileira. Compreende-se que assim seja, já que o movimento foi altamente influenciado pela teologia da libertação e pela cultura de democracia participativa gerada pelo estudo e pelo uso das

idéias de Paulo Freire sobre educação crítica autoministrada. De fato, a natureza fortemente participativa da organização e o caráter coletivo de sua liderança fizeram surgir uma cultura política que desafia noções tradicionalmente autoritárias e estruturas verticais de tomada de decisões.

Uma das características de movimentos sociais como o MST é uma ampla visão nacional. Os “Sem Terra” visam uma reforma agrária abrangente e uma completa reestruturação da produção agrícola em todo o Brasil, como sugere o panfleto preparado para seu quarto congresso nacional em 2000: “Reforma Agrária para um Brasil sem latifúndios”. O MST acredita que é impossível desenvolver o país, construir uma sociedade democrática ou mitigar a pobreza e a desigualdade social no campo sem eliminar o latifúndio. Entretanto, seus membros defendem que a Reforma Agrária só será viável se for parte de um projeto popular que transforme as estruturas sociais e econômicas do Brasil.

Como muitos dos movimentos sociais e políticos recentes da América Latina, os “Sem Terra” estão bem cientes de que sua luta está vinculada a conjunturas internacionais. Portanto, buscam legitimar-se desafiando a visão positiva do neoliberalismo apresentada pela mídia global. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em um projeto de documento sobre os “Princípios fundamentais para a transformação social e econômica do Brasil Rural”, eles apontavam que “a unidade política das classes dominantes sob a administração de Cardoso consolidou a implementação do neoliberalismo”, e que essas políticas neoliberais haviam levado à concentração crescente de terra e riquezas nas mãos de poucos, e a um maior empobrecimento da sociedade brasileira. “Movimentos populares”, dizia o documento, “devem desafiar essa conceituação neoliberal de nossa economia e sociedade”.

A mobilização política de massas é outro de seus princípios organizacionais fundamentais, como observado em suas imensas mobilizações para ocupação de terras e passeatas nas ruas. Essa estratégia é amplamente divulgada para todos os afiliados à organização. Um panfleto distribuído por esta, “O Brasil precisa de um projeto popular”, clama pela mobilização popular, apontando que “todas as mudanças na história da humanidade só aconteceram quando as pessoas se mobilizaram” e que, no Brasil, “todas as mudanças sociais e políticas foram obtidas quando as pessoas se mobilizaram e lutaram”.

Como vem sendo o caso em outros países latino-americanos, a política tradicional e os partidos políticos mostraram-se relativamente incapazes e/ou relutantes em se dedicar ao enfrentamento das condições econômicas de grupos marginalizados que sofrem os efeitos negativos da globalização econômica. Por sua vez, os movimentos sociais responderam com organizações de base popular e com a criação de um novo repertório de ações que rompe com antigas formas de atividade política. Processos organizacionais e ações grupais em desenvolvimento, às vezes com a assistência externa de organizações progressistas preocupadas com a justiça social, agregaram membros individuais em torno de uma forte identidade de grupo.

No caso do Brasil e dos “Sem Terra”, essa ajuda externa foi prestada pela igreja Luterana e ainda mais pela Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica. Apesar do auxílio dessas organizações e de setores do Partido dos Trabalhadores (PT), a organização nunca perdeu sua autonomia. Estava decidido desde o início que esta seria uma organização para os trabalhadores sem-terra, a ser dirigida por trabalhadores “sem-terra” em seu próprio benefício, conforme definido por eles mesmos.

Com tal orientação, os militantes do MST ocuparam grandes propriedades e terras públicas, construíram barracos cobertos com lonas de plástico preto ao lado de rodovias para chamar a atenção para suas necessidades, marcharam e recorreram ao confronto quando necessário. Ocuparam até mesmo a fazenda da família do então presidente Fernando Henrique Cardoso pouco antes das eleições de 2002. Seu objetivo era atrair a atenção para os interesses de FHC como proprietário de terra e para a conseqüente parcialidade que lhe atribuíam em seus posicionamentos. Em algumas ocasiões, os militantes do MST foram brutalmente reprimidos, assassinados e aprisionados. Ainda assim persistem, forçando a distribuição de terra para seus membros e para outros sem-terra não organizados. Sua capacidade de mobilizar até 12.000 pessoas para uma única ocupação, ou mais de 100.000 para uma marcha nacional, sugere a força de sua habilidade organizacional e o quão bem se comunicam e coordenam a nível nacional. Em mais de duas décadas de luta, eles também acumularam grande apoio a nível nacional, criando um razoável consenso no país quanto à necessidade de se enfrentar a distribuição de terras e de se realizar algumas reformas substanciais.

Os “Sem Terra” continuam articulados e consideram-se parte da luta internacional contra a globalização. Nos anos 1990, inclusive, seus militantes ajudaram a organizar e participaram ativamente do Fórum Social Mundial, além de enviarem representantes a passeatas em todo o mundo. De tal modo que, graças a sua contribuição, disputas que já foram localizadas e isoladas tornaram-se inter-relacionadas e efetivamente ganharam uma dimensão global. As redes de comunicações internacionais, incluindo a telefonia celular e, principalmente, o e-mail, facilitaram enormemente a globalização da consciência sobre as disputas locais, além de fortalecerem o apoio e a solidariedade que recebem. Combinando intervenções pontuais com ações dramáticas, como as grandes ocupações de terras, o MST gerou apoio considerável, tanto nacional quanto internacionalmente, contribuindo para transformar lutas locais em eventos nacionais, redefinindo problemas antes localizados como problemas que necessitam de atenção e recursos do governo nacional.

A própria interação entre o MST e o PT é bastante instrutiva de sua singularidade. As relações entre as duas organizações são, de modo geral, bastante próximas no nível local, com a presença de muitos indivíduos filiados a ambas. Entretanto, no plano nacional, as lideranças permaneceram separadas e nem sempre são tão cordiais. O MST tem mantido uma linha de atuação no que diz respeito à necessidade de ocupar terras improdutivas e afirmar sua agenda, enquanto grande parte do PT tem optado por uma via mais conciliatória. Assim, os “Sem Terra” apóiam o PT de modo geral na maior parte das campanhas locais e apoiaram Luiz Inácio Lula da Silva em suas bem sucedidas campanhas presidenciais. Pode-se dizer que eles ajudaram a alcançar uma significativa mudança de regime no Brasil: Lula foi eleito em uma vitória sem precedentes com 61% dos votos nas eleições de 2002.

De fato, identificando-se com o combate histórico do PT às políticas neoliberais e aos governos elitistas, os “Sem Terra” compareceram em peso às eleições ampliando a massa dos votantes registrados que participaram delas. No entanto, terminadas as eleições, em nenhum momento, o MST reivindicou fazer parte do governo. Não obstante, suas lideranças continuaram a pressioná-lo por uma reforma agrária abrangente e pela redistribuição de terras e riqueza. Em sua própria retórica, o movimento não admitiria o retorno à “velha política de sempre”.

E enquanto o PT dedicar-se-ia a seu programa “Fome Zero” e a outras iniciativas de cunho socioeconômico, os “Sem Terra” continuariam a pressionar o governo petista pelas reformas estruturais que julgavam importantes, em especial a Reforma Agrária. Já em 2004, o MST demonstrava considerável insatisfação com o que considerava a relativa falta de ação do governo no que diz respeito à reforma agrária e ameaçava engajar-se novamente em grandes ocupações de terras. Ao mesmo tempo, o governo Lula deparava-se com uma crescente pressão por parte das instituições financeiras internacionais por políticas econômicas moderadas. Optando por funcionar dentro da sociedade civil e não se tornar parte do governo, o MST ficou livre para dedicar-se a suas demandas originais pela reforma agrária e pela transformação socioeconômica do país.

Como o MST, muitos dos movimentos sociais da região tornaram-se cada vez mais politizados. Eles vieram representar uma clara resposta às políticas econômicas neoliberais que foram impostas aos países da América Latina pelas instituições financeiras internacionais, o governo norte-americano e pelas elites econômicas nacionais. Nos últimos vinte anos, desde que os militares deixaram o governo brasileiro, o MST cravou-se na sociedade civil, aproveitando-se do considerável espaço político que se abriu com a institucionalização da democracia. Atualmente, o Partido dos Trabalhadores controla o governo nacional, bem como muitos governos estaduais e prefeituras, e promete manter o compromisso com mudanças e reformas estruturais. E apesar de talvez lhe faltar a vontade política necessária para implementar muitos de seus programas, como a reforma agrária, o PT não é totalmente oposto às práticas advogadas pelo MST. Mesmo que ainda não tenha gerado mudanças efetivas, a nova situação política torna improvável a repressão e possibilita um espaço político considerável, no qual movimentos sociais, como o MST, podem manobrar.

À medida que se engajaram em organizações de base popular e em imensas mobilizações locais e nacionais, o MST e os movimentos sociais desafiaram os padrões de formulação de políticas no Brasil e em muitos outros países da América Latina. Sua militância e crescimento geraram um novo repertório de ações que inclui mobilizações de massa tão grandes que podem depor governos, como na Bolívia, ou forçá-los a mudar seus programas. De certo modo, eles tornaram os partidos tradicionais ultrapassados,

ao mesmo tempo em que forjaram novos horizontes políticos e criaram uma cultura política não-autoritária e participativa. Tais movimentos estão se apropriando do espaço político existente ao máximo. Nesse processo, fortalecem substancialmente a prática da democracia participativa.

Com tais ações, esses movimentos resistem vigorosamente ao processo de globalização corporativa que vem sendo apresentado como a cura para o subdesenvolvimento e para a pobreza. De fato, a realidade econômica vivida por um enorme contingente de pessoas por toda a América Latina fornece um potente antídoto empírico à prescrição universal de globalizar-se. A formulação de movimentos sociais altamente politizados e a democracia participativa que praticam fornecem uma nova e promissora resposta ao neoliberalismo global. Além disso, essas respostas representam uma mudança substancial nas formas anteriores de ação política e estão transformando a condução da política no Brasil e na América Latina.

VANDEN, Harry E. Brazil's landless hold their ground. *Perspectivas*, São Paulo, v. 32, p. 203-213, jul./dez. 2007.

- **ABSTRACT:** *This article analyses the Brazilian Landless Workers Movement in a comparative approach with the similar movements in Latin America as a continent still ruled by a neoliberal policies. For this purpose, the text focus the secular process of land's concentration and the peasantry's marginal conditions perpetrated by the dominant elites in order to relate it to the recent process characterized by the disenchantment towards the traditional representative institutions experienced by a broad segments of the population submitted to the globalization. Based in this background, the Landless Workers Movement as well as others social movements are eager to strength the mechanisms of participative democracy and also the modes of political action in Brazil and Latin America.*
- **KEYWORDS:** *Brazilian Workers Landless' Movement. Participative Democracy. Struggle for Land. Latin America. Neoliberal Globalization.*